

Economia - Brasil GOVERNO ESTUDA USO DAS RESERVAS CAMBIAIS

11 4 JAN 1993 JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — A equipe econômica e a área jurídica do Banco Central e dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento começaram a estudar, ontem, como transferir ao Orçamento da União dinheiro das reservas internacionais do país (em ouro, dólares e outras moedas fortes), para financiar investimentos públicos. A sugestão foi feita anteontem pelo ex-ministro Delfim Netto durante encontro com o presidente Itamar Franco, no Palácio do Planalto. No encontro, o presidente do Banco Central e alguns diretores informaram que o BC foi proibido pela Constituição de 1988 de repassar reservas internacionais ao Orçamento ou a qualquer entidade do governo.

Delfim Netto afirmou na reunião, com a presença do ministro

do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad, e diretores de instituições financeiras do governo, que as atuais reservas líquidas de aproximadamente US\$ 20 bilhões são muito elevadas. Para ele, o governo precisaria, no máximo, de US\$ 16 bilhões para dar garantias aos negócios externos e cumprir resolução do Senado que obriga o governo a manter moedas fortes para pagar pelo menos quatro meses de importações. Os US\$ 4 bilhões restantes poderiam ser usados para financiar a recuperação e a ampliação da malha viária do país.

O ex-ministro criticou pesadamente as taxas de juros do governo no primeiro semestre do ano passado, que chegaram a bater em 46% ao ano mais inflação. Ele



Delfim fez a proposta a Itamar

reconheceu que o presidente Itamar tem razão ao querer juros menores e chegou a opinar que uma taxa de 17% ao ano, mais inflação, seria um percentual adequado para o momento econômico do país.

O ex-ministro manifestou-se descrente quanto a uma “queda forte” na inflação nos próximos seis meses. Ele condenou a reforma fiscal em tramitação no Congresso, por prever aumento na carga tributária da classe média, e apontou caminhos que, na sua opinião, teriam os mesmos resultados no equilíbrio das finanças públicas: combate à sonegação fiscal, queda de juros e corte drástico nos repasses não constitucionais do governo aos estados e municípios.